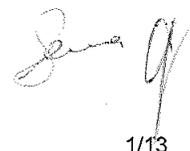


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

**ATA nº 142/2023**

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, de forma presencial na sala nº 15 da SEaD e com acesso remoto, foi reunida a Comissão Própria de Avaliação - CPA, em reunião ordinária, com as seguintes pautas: **1) “Aprovação da ata da reunião ordinária nº 141/2023 (junho de 2023)”**; **2) “CONGRIAP FURG 2023 – avaliação”**; **3) “Relatos GTS: GT ADD, GT Avaliação das Turmas, GT RU”**; **4) “Avaliação Externa: CENSO, ENADE, Avaliação in loco, Sistema e-MEC”** e **5) “Assuntos Gerais”**. Participaram pela CPA, presencialmente, os titulares: Adriana Kivanski de Senna – Presidente, Almir da Silva Oliveira, Débora Medeiros do Amaral, Emanuelli Mancio Ferreira da Luz, Jaqueline Garda Buffon, Jorge Luiz Pimentel, Milton Luiz Paiva de Lima, Rita de Cássia Grecco dos Santos e Valmir Heckler. Participaram de forma remota, os titulares: Antônio Luís Ramos Lopes, Carolina Rosa Gioda, Fabiane Aguiar dos Anjos Gatti, Felipe Kern Moreira, Juliane Buhler, Mairim Linck Piva, Márcio André Leal Bauer, Maurício Garcia de Camargo, Michelle Reinaldo Protasio e Reinaldo Marcelo Lima Braga. Como suplentes, participaram presencialmente: Eliana Regina Fritzen Pedroso e Tiago da Cruz Asmus. E de forma remota: André Lemes da Silva, Andréa Edom Morales, Anelise Christ Ribeiro, Daniela Fernandes Ramos Soares, Elieti Biques Fernandes, Ewerson Luiz de Souza Carvalho, Márcia da Graça Marques Medeiros, Mônica Wetzel e Nelson Luis Hernandez Junior Cabreira. Justificaram ausência: Angélica Conceição Dias Miranda, Eder Mateus Nunes Gonçalves, Emanuela Garbin Martinazzo Aumonde, Lizandro Mello, Marcelo Dutra da Silva, Regina Helena da



1/13

Silva Bueno e Ricardo Soares Oliveira. Pela Diretoria de Avaliação Institucional - DAI, participaram presencialmente: Luiz Eduardo Maia Nery, Mariana Lima Garcia, Mayara Marques Guilherme, a estagiária da unidade Gabriela Lacerda Braga e a bolsista Heloísa Silva de Lima Araújo. Elisângela Freitas da Silva participou de forma remota. Rosaura Alves da Conceição e a estagiária Sheron Magalhães dos Santos justificaram a ausência. Como convidada participou: Karina Molina – Coordenadora de Transparência e Acesso à Informação. Cristiane Souto Santos – Coordenadora de Planejamento e Maria Rozana de Almeida - Secretária de Integridade, Controle e Transparência Social, justificaram a ausência. Adriana de Senna agradeceu a presença de todos e deu início à reunião, passando ao **primeiro ponto: “Aprovação da ata da reunião ordinária nº 141/2023 (junho de 2023)”**, Luiz Nery lembrou que houve colaborações, de Maria Rozana de Almeida e de Márcia Medeiros quanto à ata enviada anteriormente, esclarecendo algumas questões que foram atualizadas; e sem mais adendos, o documento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, Luiz Nery passou para o **segundo ponto: “CONGRIAP FURG 2023 – avaliação”**, mostrando o resultado da pesquisa de opinião feita com os participantes do Congresso e expôs também as considerações dos relatores, mediadores e administradores que colaboraram com a realização do evento, com base nessa pesquisa. Gabriela Braga questionou se o Congresso não poderia ser realizado na semana da Acolhida Cidadã, sendo acolhida dos cursos no período da manhã e o Congresso no período da tarde, por exemplo. Luiz Nery respondeu que a princípio pode tudo, mas o que a Universidade determinou é que na semana da Acolhida não fosse realizada outra atividade que não colaborasse com o processo de acolhimento aos estudantes. Jaqueline Buffon comentou que nesse período seria muito difícil porque muitos docentes, coordenações e estudantes ficam envolvidos na acolhida; além disso, é uma semana de atividades no início de semestre e para o Congresso ter o sucesso que teve é necessário que os participantes tenham vivenciado e conhecido melhor a FURG. Gabriela Braga acrescentou que se fosse realizado no início de semestre, seria bom para ver

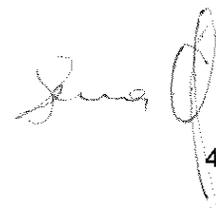


2/13

como funciona a FURG desde o ingresso na Universidade até a formação porque há muitas intercorrências, desde que a pessoa entra na Instituição e muitos desistem logo no começo e pode ser algo a ser apontado no Congresso para se pensar numa melhoria; fora isso, houve participantes neste Congresso que eram de outras universidades; logo, não seria necessário vivenciar a FURG para colaborar com o planejamento dela, mas concordou que é complicado em relação ao horário, por outro lado, afirmou que poderia ter uma sensibilização maior das pessoas desde que entram na FURG. Adriana de Senna disse que não precisa ter um Congresso na semana da Acolhida, mas talvez atividades que já permitam os ingressantes conhecerem a CPA, como uma conversa da CPA ou algo do tipo, até mesmo para que fossem explicados os processos de avaliação. Luiz Nery falou que pode ser organizada com a PRAE uma ação desse tipo. Valmir Heckler acrescentou que é importante constar o Congresso no calendário acadêmico, mas não ter suspensão das aulas, definir como optativas a fim de que os docentes não elaborem entrega de trabalhos ou provas nos dias de Congresso para não prejudicar os discentes. Luiz Nery informou que, na conversa que teve com os relatores e mediadores, surgiu uma ideia quase unânime de colocar o Congresso de Avaliação no calendário acadêmico. Marcio Bauer comentou que seria importante pensar em algum tipo de formação para mostrar aos ingressantes as possibilidades de participação na administração da Universidade; informar como se pode participar dos conselhos, das decisões, instâncias e esferas, bem como mostrar o processo, como ele funciona e como são tomadas as decisões e sugeriu que aconteça uma oficina ou uma roda de conversa, por exemplo. Luiz Nery falou que o processo da Acolhida é uma ação central da PRAE, mas cada unidade tem a sua característica e sua forma de funcionamento; então pode haver uma conversa com essa Pró-Reitoria para incrementar dentro da proposta das unidades que se faça uma atividade, seja uma roda de conversa, uma apresentação mais formal ou um material explicativo, e depois ser discutido o que funcionou e o que seria melhor. São ideias de espaços que não se ocupou ainda. Elisângela da Silva informou que um vídeo



apresentando a Avaliação Institucional foi encaminhado à PRAE, no início do ano letivo, para que os coordenadores de projetos apresentassem na abertura da Acolhida, como também há espaço no Guia Acadêmico para o assunto. Mairim Piva deu exemplo do ILA, que esse ano não fez a Acolhida de forma semanal, mas de forma mensal. Toda semana tinha um dia dedicado às atividades da Acolhida e isso deu a oportunidade de ir adicionando atividades de acordo com as necessidades dos alunos. Fica-se com mais tempo para se organizar; e seria interessante, depois de conhecer a Universidade e o curso, conhecer também as áreas administrativas. Jaqueline Buffon comentou que o Congresso foi muito bem visto porque foi possível se reunir e discutir muitos assuntos, mas que em alguns momentos foi esquecido qual era o objetivo do evento; não é um momento para que as pessoas reclamem, mas para que se possam ver as fraquezas e planejar o futuro da FURG, é um ponto fundamental que precisa ser reforçado; pois se torna difícil quando se tem um grupo com muitas pessoas e grande parte delas, pelo que ela viu em comentários, querem desabafar sobre o que está errado, sendo que o momento é para refazer metas e objetivos, mas que faltam momentos para que se possam ser discutidos outros aspectos. Luiz Nery informou que houve sugestões das unidades para reforço de capacitação referente ao planejamento da FURG; e comentou também que é necessário reforçar a importância da participação das pessoas nos seminários das unidades, porque se todos tivessem se manifestado nos seminários, já teria sido feita a catarse ali; mas é ciência de todos que algumas unidades não realizam seus seminários e muitas pessoas não participam dos que são realizados e vão para o Congresso para desabafar. Por fim, Luiz Nery concluiu que apesar de tudo, houve uma evolução referente aos anos passados. Eliana Pedroso disse que uma questão que aparece para ela enquanto pedagoga é discutir como a CPA entende a avaliação e como a Instituição entende a avaliação; e isso, dentro dessa discussão, ser levado para o Congresso na parte inicial, discutir com os estudantes e os avaliadores como se percebe essa questão de avaliação porque parte da ADD se torna uma questão de avaliar o professor com base na nota que



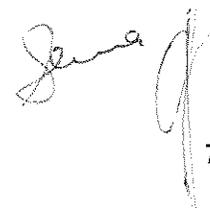
aplica ao aluno. Ela considera que seria interessante pensar os processos avaliativos junto com a comunidade para que se possa, de alguma maneira, problematizar essa mentalidade de punição que acaba acontecendo nessas avaliações. Luiz Nery comentou que a CPA tem clareza da visão da avaliação e que essa visão está explícita no Programa Institucional de Avaliação e Planejamento da FURG. Adriana de Senna sugeriu que uma das ações no próximo congresso possa ser organizar múltiplas salas com menos pessoas em cada uma delas, cerca de 20 a 25, pois assim, a conversa rende mais do que uma sala com 70 pessoas, todas querendo opinar; não sendo possível discutir o que foi previsto para ser realizada a análise. Além disso, afirmou que é necessário qualificar o mediador de sala porque ele precisa estar atento ao que precisa ser apontado e como ser relatado para que se possa ter um documento para ser comparado depois. O mediador precisa ser mais firme para que ninguém desvie do objetivo da conversa. Contou que ela participou de um GT da Pós-Graduação, um pequeno com em torno de 20 pessoas, onde foi possível fazer tudo o que precisava naquele GT porque foi muito objetivo, e não foi permitido que ocorressem outras discussões fora do tema do GT; e houve outro GT, no qual ela participou, que não funcionou tão bem, onde se percebeu uma forma diferente na condução do mediador. Ela finalizou seu comentário enfatizando que é necessário trabalhar a capacitação dos mediadores. Débora Amaral disse que a PROEXC fez o seminário e percebeu o quanto o processo de avaliação e planejamento não está no cotidiano da comunidade universitária e que é necessário reverter essa situação. O PDI é válido, mas ela não sabe se as pessoas tomam decisões com base nele; pois é fato que devem ser atreladas metas e planejamento do ano a um eixo no PDI, mas no SisProj isso não é feito; são escritos projetos de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas as ações nas áreas de cultura e tecnologia, mas que não estão vinculadas a um desenvolvimento do eixo do próprio PDI, é algo que precisa ficar claro no sistema. Se existisse no SisProj uma forma de vincular o Projeto/Programa com o PDI, poderia ficar mais cotidiano para todos os servidores, professores e técnicos



quando vão cadastrar seus projetos; logo, eles começam a enxergar e ter que fazer uma funcionalidade dos eixos do PDI nas suas ações cotidianas. Além disso, ela revelou que quando indicaram de fazer ações na Acolhida, ela ficou pensando como que se pode levar o tema de planejamento e avaliação para ações anuais na Universidade, não como Congresso, nem como reunião da CIAP, mas nas Rotas Pedagógicas promovidas pela PROGEP; na MPU, seja em forma de oficina, em um momento de fala ou um vídeo institucional, por exemplo; se pensar em maneiras de informar sobre planejamento e avaliação aos estudantes que acessam informações de modo físico, não pelas mídias. Ela comentou também que ocorreram poucos espaços de escuta pós-pandemia e talvez o CONGRIAP tenha sido o primeiro grande espaço de encontro coletivo onde as pessoas puderam falar e se deve ponderar sobre essa questão, já que planejamento também requer escuta. Rita Grecco fez duas considerações referentes à divulgação. A primeira foi que a divulgação nas redes sociais foi eficiente, porque além dos perfis oficiais da própria DAI e CPA publicarem, os membros também fizeram através dos seus próprios perfis, bem como alguns alunos envolvidos, mas que o problema são as discussões dentro das unidades; as que tiveram um bom envolvimento da sua comunidade, não fizeram a catarse dentro dos GTs do Congresso. A segunda consideração foi que há uma necessidade de capacitação para as pessoas se comportarem dentro dos GTs; pois algumas pessoas tendem a monopolizar a fala e é preciso exercitar o espaço de escuta. Luiz Nery respaldou que já foram realizadas várias ações nesse sentido, mas que realmente é necessário um esforço maior para que sejam executadas todas essas questões mencionadas por Rita Grecco e Débora Amaral. André Lemes disse que a participação não é uma questão apenas interna da FURG, mas de nossa sociedade em geral, e infelizmente se passou um longo período de não incentivo à participação em tomadas de decisões que acabou por refletir no movimento de participação dentro da Universidade, é importante compreender isso para que possa haver cobranças depois. Também, sugeriu um processo de acompanhamento, depois da aprovação do PDI,



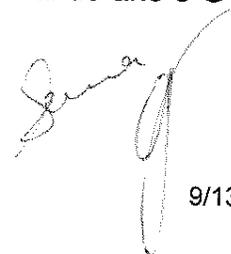
participativo a fim de fazer com que as pessoas se sintam convidadas e à vontade para se envolverem e participarem do processo. Sem mais dúvidas ou comentários, Luiz Nery prosseguiu para o terceiro ponto: "Relatos GTS: GT ADD, GT Avaliação das Turmas, GT RU". Ele lembrou que está aberto o período para a **Avaliação das Turmas** pelos docentes e solicitou que as unidades alertem os docentes para realizarem a avaliação. Esse processo requer menos divulgação porque aparece uma mensagem em pop-up para o docente assim que ele terminar de inserir as notas no sistema. Adicionou que a participação costuma ser bem intensa, mas um reforço é sempre eficaz. Adriana de Senna complementou e acrescentou que o processo é retroativo; se caso for esquecido de avaliar alguma turma, por exemplo, pode acessar o ciclo e fazer a avaliação. Referente ao **GT RU**, Mariana Garcia informou que a última aplicação da pesquisa foi em 2015, que houve um ensaio em 2019, mas não realizado devido à pandemia, então o GT se reuniu na semana passada junto com convidados, colaboradores da PRAE, nutricionistas para discussão e reformulação do questionário a fim de que seja perguntado ao público-alvo o que realmente ajudará na tomada de decisão da gestão. Foi agendada outra reunião do GT para a próxima sexta-feira, com um relatório de utilizadores para que se possa começar a pensar em amostras e afins, e então ser decidido os próximos passos. Foi pensado, também, em obter um auxílio com o PET SABEST em que os petianos atuariam na coleta dos dados e na análise inicial dos dados, mas nada foi determinado ainda. Além disso, Mariana Garcia contou que foi feito um estudo de calendário e foi sugerido que a pesquisa fosse aplicada na primeira quinzena de outubro, para que não coincida com a ADD do segundo semestre de 2023 e nem com a MPU. Luiz Nery complementou dizendo que, na prática, isso impõe que deva ser acelerado o trabalho dentro do GT para que na reunião da CPA de agosto ou, no máximo na reunião de setembro, possa ser aprovado o instrumento. Além disso, relembrou a composição do GT RU. Referente ao **GT ADD**, Luiz Nery comentou sobre a possibilidade de prorrogação, o primeiro prazo terminou no domingo dia 09/07/23 e o GT, do mesmo modo que outras vezes,



concordou com a prorrogação. Ele mostrou um gráfico referente de como está a participação na ADD no primeiro semestre, a qual ainda está baixa comparada a outros anos. Luiz Nery informou que o ILA estava com mais de 25% de participação e solicitou à Mairim Piva que relatasse ações que estavam sendo feitas. Mairim Piva contou que o ILA realizou uma conversa com os estudantes para passar um retorno sobre a ADD anterior e chamar para participar da atual. O mesmo foi feito com os professores, de modo separado. Luiz Nery disse que existem vários obstáculos que não colaboram com o aumento da participação espontânea na ADD, mas que esclarecer aos estudantes o papel da avaliação, os resultados obtidos e as ações decorrentes das avaliações passadas em sido uma ótima alternativa para conscientizar os discentes da importância dessa avaliação, então a iniciativa que a CIAP do ILA propôs e vem fazendo tem muito efeito na adesão dos estudantes no processo avaliativo. Quanto mais unidades puderem fazer isso, melhor poderá ser o resultado. Mariana Garcia mostrou tabelas e gráficos demonstrando a melhoria na nota média dos professores que foram pior avaliados em 2017 (média abaixo de 7.5 na ocasião). A nota média dessa classe de professores subiu bem mais do que as outras classes, quando comparadas. Almir Oliveira disse que o gráfico deve ser mudado quando se tratar de mestrado ou de doutorado; pois a maioria dos respectivos discentes não têm disciplinas, somente orientador, que geralmente possuem uma boa relação e não vão avaliar mal seu próprio orientador e por isso tinha que ser uma avaliação diferente. Luiz Nery disse que tem uma contaminação sobre a avaliação das disciplinas de orientação, mas é uma contaminação pequena porque são poucos que fazem avaliação da disciplina de orientação. Foi feita uma análise e a maioria dos alunos da pós-graduação que estão fazendo a avaliação, não avaliam a disciplina de orientação fazem a avaliação apenas das disciplinas tradicionais do curso. Almir Oliveira disse que conhece muitas pessoas que tem somente orientador e só fazem a avaliação para aumentar a nota do avaliador. Luiz Nery reforçou o que ele havia falado anteriormente, que a contaminação existe, mas é pequena frente ao número de pessoas que fazem a avaliação. Valmir Heckler observou



que as questões de graduação e pós-graduação são as mesmas, sendo que o foco da pós-graduação é outro. Luiz Nery explicou que até 2018 eram exatamente as mesmas questões, não havia mudança, mas a CPA pediu autonomia total na ADD ao COEPEA e sendo aprovada essa autonomia iniciou os ajustes nos instrumentos. Em 2019, já havia uma atualização, mas devido à pandemia não foi aplicada. Em 2021 foram aplicados instrumentos voltados à realidade pós-pandemia e em 2022, então voltou-se aos questionários aprovados em 2019: um para graduação presencial, um para especialização presencial, um instrumento para graduação e especialização EaD e outro para mestrado e doutorado; alguns temas são os mesmos, mas a formulação das perguntas é diferente. Na construção desse novo questionário para o mestrado, doutorado e especialização, foram ouvidas as coordenações de curso que deram contribuições. O ponto de partida que levou a DAI à realização das análises é que houve um aumento da nota média da ADD, mas será que esse aumento era entre os docentes que já estavam bem avaliados ou será que esse aumento era homogêneo entre todos os docentes? A hipótese inicial era que os docentes que não eram bem avaliados continuavam não sendo bem avaliados, que a melhoria era apenas referente aos que já eram considerados bons, mas através dos gráficos apresentados por Mariana Garcia, pode ser esclarecido que a melhoria mais intensa era justamente nos docentes que não foram tão bem avaliados em 2017. Adriana de Senna disse que um dos objetivos da CPA é justamente separar essas disciplinas para que essas médias pudessem ser analisadas de uma forma melhor, mas que depende do CGTI. Quanto aos gráficos, Mariana Garcia justificou que a ideia era fazer esta análise somente para as médias gerais dos professores, mas acabaram por fazer um gráfico para cada pergunta para saber se haveria alguma questão que estivesse puxando a média mais que a outra, mas nos gráficos se evidencia que o comportamento é homogêneo. Luiz Nery disse que no segundo semestre algumas dessas discussões serão debatidas mais aprofundadamente, de acordo com o que o GT achar pertinente. Será discutido como melhorar um retorno para os estudantes e até o final do ano o GT



ADD trará uma colaboração para que se possa incluir o processo de autoavaliação do docente dentro da ADD e a partir daí, haverá uma garantia de que o docente estará olhando e se manifestando sobre esses resultados, mas as possibilidades de incluir esse processo no sistema tem que ser averiguado com o CGTI. Sem mais comentários ou dúvidas, passou-se para o **quarto ponto: “Avaliação Externa: CENSO, ENADE, Avaliação in loco e Sistema e-MEC”**, onde Mayara Guilherme informou que foi encerrado o período de coleta do CENSO e, respondeu a dúvida de Adriana de Senna na reunião passada, relatando que no dia 27 de junho foi publicado no Diário Oficial a relação de todas as instituições que não entregaram o CENSO no prazo, sendo 13 universidades federais e uma estadual; que possuem até dia 28 de julho para regularizar essa situação ou irão passar por cortes orçamentários, de vagas e etc. A data prevista para divulgação dos dados do CENSO é dia 19 de setembro no site do INEP. Com relação ao ENADE, ela comunicou que começou em 27 de junho o período de inscrições pelas coordenações dos cursos dos estudantes concluintes que vão participar esse ano, cursos que integram o ciclo 1, e encerrará em 31 de julho; até o momento, Engenharia de Alimentos, Gestão Ambiental SLS e Enfermagem realizaram inscrições. Aconteceu uma reunião no dia 27 de junho com as coordenações e direções dos cursos que passarão por Avaliação *in loco* para lhes explicar como funciona esse processo. Logo eles começaram a preencher o Formulário Eletrônico 1 e a DAI, a DIADG tem até o dia 01 de setembro para analisar e retornar para esses cursos e assim retorne o formulário pronto. Não há novidades sobre o Sistema e-MEC. Luiz Nery complementou pedindo a colaboração de todos para lembrar aos coordenadores de curso para que façam as inscrições do ENADE no sistema; pois deixando para o final do período, pode ocorrer algumas surpresas, como problemas de acesso ao sistema. Fabiane Aguiar disse que em breve vai começar o cadastro. Sem mais delongas, prosseguiu-se para o **quinto ponto: “Assuntos Gerais”**, Luiz Nery disse que ao final da reunião passada, André Lemes o chamou para conversar sobre a questão da curricularização da extensão que foi aprovada na



10/13

Universidade e é necessário implementar em todos os cursos e como todas as atividades são feitas na FURG. André Lemes disse que tem um dispositivo na resolução número 7 no Conselho Nacional de Educação e que depois foi reproduzido na resolução interna aprovada no COEPEA e que balizou toda a organização do processo interno na FURG que não é apenas serem feitas alterações curriculares nos PPCs e entrar em funcionamento, mas é necessário criar mecanismos e instrumentos de avaliação nesse movimento; há uma comissão de curricularização constituída por portaria pelo Pró-Reitor que é composta pelos representantes dos comitês de extensão e graduação e pelos representantes da PROEXC e da PROGRAD, e no âmbito dessa comissão de curricularização, um dos próximos desafios, uma vez concluída a primeira etapa de adequação dos PPCs dos cursos de graduação da universidade, é criar indicadores de avaliação para que se possa fazer um acompanhamento desse processo, ao mesmo tempo desses nosso desafio; o próprio tribunal de contas da união já apontou oito critérios de avaliação da universidade para a partir deste ano, que é o primeiro ano de implementação do processo de curricularização da extensão; o TCU já tem elencado esses critérios que foram pactuados no Forum Nacional de Pró reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras e também o MEC está se mobilizando para criar seus indicadores de avaliação da extensão para os processos de credenciamento e de credenciamento dos cursos daqui para frente com base nesse movimento da curricularização da extensão; o que foi conversado com o Luiz Nery foi um pedido de apoio para que se componha um GT da CPA e assim se possa, ao invés de aguardar orientações, criar nosso próprio indicador de avaliação em torno desse tema, para futuramente não ser uma novidade nos diferentes grupos de avaliação da FURG e se manter um diálogo com as comissões internas das unidades acadêmicas para fazer um acompanhamento e colaborar para definir esses critérios de avaliação. Mairim Piva, que também faz parte da comissão de extensão da curricularização, complementou dizendo que deixaram um espaço aberto porque era necessárias outras opiniões; ano passado foi um ano corrido e



todo trabalho junto das unidades não foi fácil e não vai ser nos próximos anos, e dessa forma será necessário ajuda; o que a FURG fez até agora foi apenas a primeira etapa. Ela acredita que no próximo ano é que serão realmente sentidas as dificuldades devido a maior parte dos cursos terem colocado a questão da curricularização a partir do segundo ano, é necessário ajuda nesse processo avaliativo para que se possa ter instrumentos inclusive para pressionar a questão de um orçamento específico a fim de que seja cumprido aquilo que foi proposto no papel. Além disso, ela acrescentou que acredita que o que se vive atualmente no edital EPEC da FURG é um reflexo da curricularização da extensão; pois todos estão cientes do quanto é necessário desenvolver os projetos de extensão para que se possa dar conta de oferecer espaço para todos os alunos da universidade e isso está reverberando atualmente, há o dobro dos projetos inscritos em relação ao ano passado, mas também revelou que acredita que isso tende a aumentar nos próximos anos, logo, é necessário pensar nessas questões e que isso vai exigir a colaboração de mais pessoas. Luiz Nery disse que a ideia é discutir e conversar sobre isso, o entendimento da CPA seria de abraçar essa necessidade da universidade de desenvolver um processo avaliativo da curricularização da extensão, sendo a primeira etapa a criação de um GT específico para essa finalidade e ele ir se reunir com essas comissões e comitês que já existem para ajudar a pensar. O segundo ponto são os nomes para a composição desse GT. Emanuelli Luz, Fabiane Aguiar, Valmir Heckler, Márcio Bauer e Mairim Piva se prontificaram em integrar ao GT. André Lemes agradeceu aos colegas pela disponibilidade e complementou que a ideia é que se ponha em prática esse processo após o recesso acadêmico do meio do ano. Luiz Nery disse que a ideia é a discussão ser aprofundada, evoluir a discussão dos GTs, atualizar, receber contribuições e repassar; e que esse processo seja específico para a avaliação da curricularização da extensão, mas também possa estar agregado a outros processos que já existem, como a ADD. André Lemes disse que acredita que se possa avançar em outro ponto, que é no acompanhamento da avaliação da nossa ação com a sociedade, que é um ponto que a CPA dá



conta e acompanha e que a curricularização da extensão, no modo como foi concebida, é esse canal direto de intervenção de ações na comunidade externa, então há um espaço profícuo de estreitamento dessas relações conforme se falava por nosso público interno, mas também especial para as possibilidades num diálogo com a comunidade externa. Adriana de Senna questionou se tem alguma previsão da curricularização para a pós-graduação. André Lemes disse que será uma pauta para este ano e que é um debate que está sendo colocado, já havia sido posto como desafio na comissão de curricularização; a FURG, nas políticas de extensão aprovada em 2015, ela já garantiu essa previsão de que a inserção da extensão como competência curricular obrigatória, isso seria na graduação e na pós-graduação porque, em tese, não há um regulamento nacional em torno disso, entretanto, tem se conversado com o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, desde o ano passado, e ele já tinha solicitado esse suporte da comissão da curricularização porque a CAPES tem exigido uma responsabilidade social do curso de pós-graduação e é a oportunidade de ser feito esse estreitamento e vinculação da extensão com a pós-graduação, mas o diálogo ainda não foi avançado. Acrescentou que durante os GTs de extensão do CONGRIAP se discutiu o processo de curricularização da pós-graduação. Referente ao ponto: **“Assuntos Gerais: Próxima reunião ordinária da CPA – 28/08/2023”**, Luiz Nery informou que a próxima reunião levará um pouco mais de tempo para acontecer devido ao recesso das aulas. Ficou agendada para o dia 28/08/23. Nada mais havendo a tratar, Adriana de Senna agradeceu e encerrou a reunião. E para constar, eu, Gabriela Lacerda Braga, lavrei, a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e por Adriana Senna, Presidente da CPA. Rio Grande, 10/07/2023.-.....

  
GABRIELA LACERDA BRAGA

Estagiária da DAI

  
ADRIANA KIVANSKI DE SENNA

Presidente da CPA